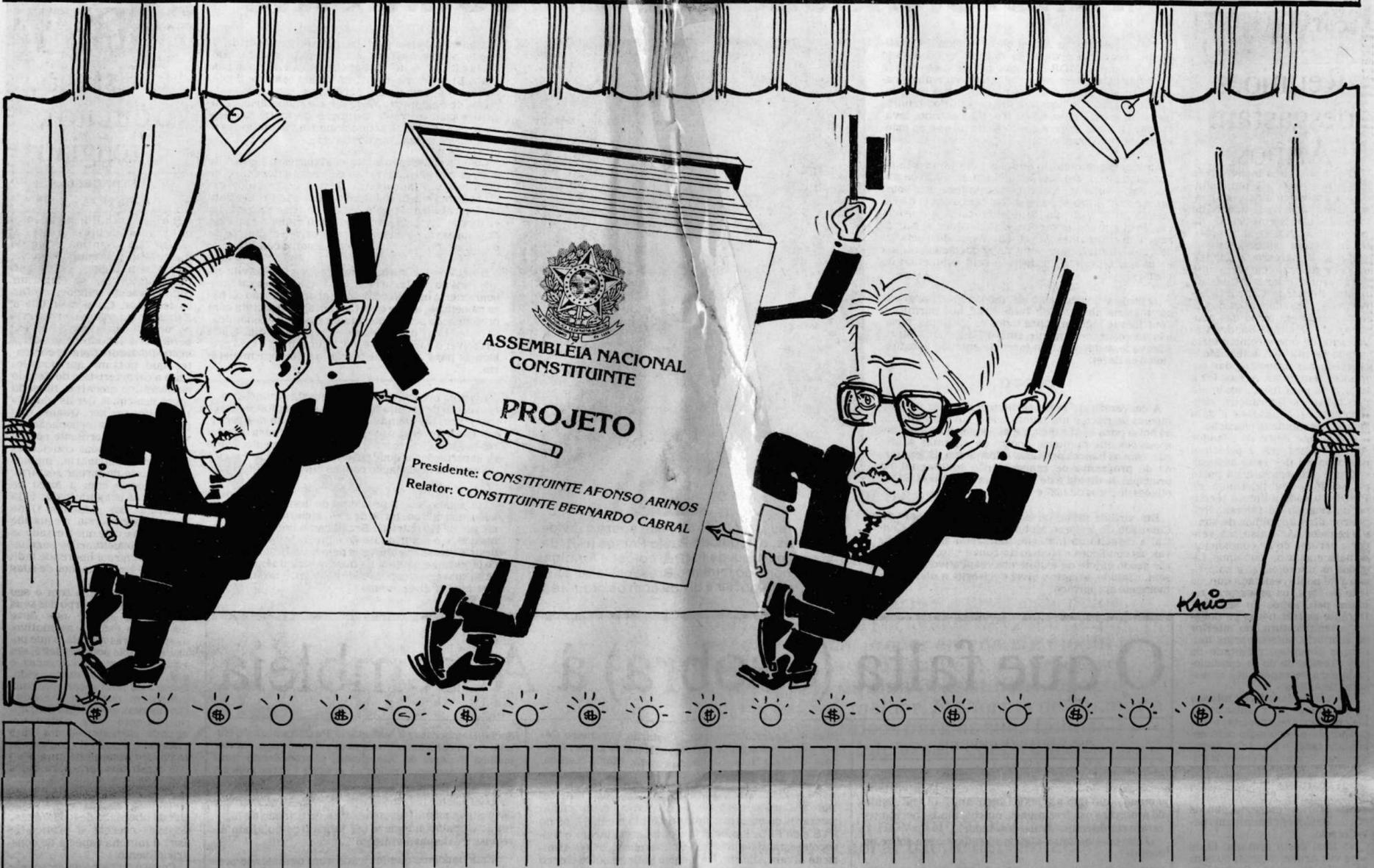
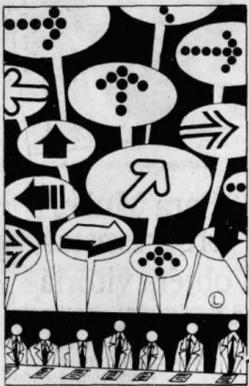


Constituinte Produções apresenta ...



CONSTITUINTE 87 JÁ TEM PROJETO (Conheça-o)



O plenário da Assembleia Nacional Constituinte começa a discutir hoje à tarde ou amanhã o projeto da nova Constituição de 496 artigos aprovado no último sábado pela Comissão de Sistematização. Prolixo, confuso, detalhista e conflitante, o documento ficou pronto ao final de 161 dias de trabalhos dos parlamentares. E, a julgar pela centena de audiências públicas ali realizadas, pelas 40 mil sugestões populares consultadas, pelas quase 20 mil emendas apresentadas nas fases das subcomissões e das comissões temáticas, saiu pior do que se podia esperar.

Durante os primeiros 30 dias de sua discussão em plenário, os constituintes poderão apresentar todos os tipos de emendas ao projeto. E prevê-se sobretudo emendas supressivas em grande número destinadas a excluir do texto alguns disparates que ele contém, visando a enxugar o documento. A discussão, durante 40 dias, se alongará até o dia 24 de agosto, quando o projeto e as emendas retornam à Comissão de Sistematização para, no prazo de 25 dias, serem "trabalhados" pelo relator Bernardo Cabral.

De acordo com o cronograma aproximado dos trabalhos, no início de setembro o deputado Bernardo Cabral deverá apresentar à Comissão de Sistematização um substitutivo, acolhendo parte das emendas, o qual deve ser votado até o dia 20 de setembro. Dois dias depois, ele vai a plená-

rio para a votação em primeiro turno.

O projeto que o **CORREIO** publica neste caderno especial é por assim dizer um **copião** da futura Carta. Ele contém disposições hilariantes, artigos típicos de legislação ordinária e absurdos casuísticos como o que prevê o enquadramento de professores universitários adjuntos nível IV do quadro das instituições do sistema federal de ensino público nos cargos de professor titular. Há curiosidades como a proibição de empresas privadas que se dediquem à investigação da vida privada das pessoas ou ainda um parágrafo que diz: "A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais".

Como cada povo tem o governo e a Constituinte que merece, sugerimos uma leitura atenta desse documento que um dia pode vir a dirigir os destinos do País e depois uma pressão sobre o seu representante para emendar o que não lhe parece adequado. Não se acanhe em propor a sua simples revogação por inteiro: do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao relator Bernardo Cabral, há centenas de constituintes convencidos de que ele terá de sofrer profundas alterações. E as mudanças serão maiores se houver pressão de quem se julgar prejudicado ou atingido pelos dispositivos aqui contidos.

O deputado Bernardo Cabral, comenta-se, já estaria trabalhando na elaboração de um novo projeto para apresentar à Comissão de Siste-

matização em setembro, quando for apreciar as emendas sugeridas ao projeto ora publicado. Ele até se nega a assumir a paternidade do projeto em discussão. Se assumisse, o documento na certa seria chamado de **Bernardão**: volumoso, com 496 artigos, é desajeitado e sobram "gorduras" em todos os seus capítulos.

Esse projeto é desencontrado e conflitante até pelo fato de ser uma junção de oito relatórios diferentes elaborados por pessoas diversas em cada uma das comissões temáticas que discutiu aspectos da nova Carta. Felizmente, as comissões temáticas foram extintas. Daqui até o final de sua elaboração, ele transitará no circuito plenário-Comissão de Sistematização mas não há cronogramas rígidos de tramitação após o dia 20 de setembro. A grande dificuldade da Assembleia é terminar o trabalho em tempo de promulgar a nova Carta ainda este ano, a fim de que ela esteja em vigor a partir de 1º de janeiro.

O futuro projeto a ser elaborado por Cabral será o mais importante documento da Constituinte porque, ao ser submetido ao plenário, serão necessários os votos de 280 constituintes (entre deputados e senadores) para excluir dispositivos que dele constem ou para tentar incluir qualquer artigo que nele não figure.

SÉRGIO CHACON
Editor de Política

Aqui, a tramitação do projeto

14 DE JULHO
Início da discussão e apresentação de emendas em plenário

14 DE AGOSTO
Término do prazo para a apresentação de emendas ao plenário.

24 DE AGOSTO
Encerramento da primeira fase de discussão em plenário

25 DE AGOSTO
Comissão de Sistematização volta a discutir o projeto. Tem prazo de 25 dias para apreciação e apresentação de novo substitutivo.

20 DE SETEMBRO
Prazo limite para votação do substitutivo na Comissão de Sistematização

23 DE SETEMBRO
Início da votação em primeiro turno, no plenário.